

Universidade Eduardo Mondlane

Centro de Estudos Africanos

Projecto Troca 1983

(Marracuene)

**A INTEGRAÇÃO
DOS CAMPONESES MÉDIOS
NUMA ECONOMIA SOCIALISTA PLANIFICADA**

Carlos Nuno Castel-Branco

Maputo, 25 de Dezembro de 1983

TÓPICOS

I. DESCRIÇÃO E DINAMICA

1. MACHUBO
2. BOBOLE E SUL DA VILA

II. SIGNIFICADO E CONTRADIÇÕES DE UMA POLITICA ECONOMICA DE MERCADO LIVRE

III. A SOCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

1. CRÍTICA A UMA EXPERIENCIA DE COLECTIVIZAÇÃO: A COOPERATIVA AGRÍCOLA JOSINA MACHEL
2. ENFRENTAR OS PROBLEMAS DA PRODUÇÃO: A DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS BLOQUEIOS À PRODUÇÃO DE EXCEDENTES MERCANTIS

I. DESCRIÇÃO E DINÂMICA

1. MACHUBO

Na Localidade de Machubo os camponeses médios (que constituem uma percentagem muito grande do campesinato local) têm em regra, entre 3 a 6 ha no machongo 1 a 3 ha no sequeiro. Estes camponeses ampliaram a sua produção no vale sobretudo devido à situação da seca. Geralmente, concluíram os seus contractos de trabalho na África do Sul logo após a independência nacional (1975-1976). Começaram neste período a fazer maiores investimentos na sua produção agrícola, com base no fundo de acumulação realizado pela poupança dos salários das minas do “rand”. Entre 1978-1980, a maioria destes camponeses não tinha mais do que 1-2 ha no vale e 1-2 ha no sequeiro. As cheias de 1976-1977 conduziram os camponeses para a produção no sequeiro, nestes anos. As secas posteriores, obrigaram-nos a abandonar, progressivamente, o sequeiro (na campanha de 1982-1983 quase nada fizeram nestas terras) e a concentrar a sua força (capital, meios e factores de produção e força de trabalho) nas terras do vale. No período de 1981-1983 estes camponeses expandiram a sua área no vale. A título de exemplo, tomemos dois casos: o Gilberto Mbochane tinha, em 1980, 2 ha no vale e 1 ha no sequeiro; em 1983 tem 6 ha no vale e 1 ha no sequeiro, onde nada cultivou. O Jeremias Macandza, em 1980 tinha 0,5 ha no vale e 1 ha no sequeiro; em 1983 tem 4 ha no vale e 1 ha no sequeiro. Nestes dois casos, receberam 2 ha no vale (cada um) em 1983, no plano de redistribuição de terras na localidade, segundo o princípio de dar terra aos camponeses “organizados que têm capacidade de produzir”.

Todavia, é preciso entender que optar pela terra do vale ou pela terra do sequeiro não é uma simples questão de quantidade de chuvas ou de pura e simples “vontade”. Estas opções têm um carácter sócio-económico. As culturas de uma e de outra terra são diferentes, as exigências técnicas da produção são distintas, as necessidades de força de trabalho diferem.

Uma família camponesa de 3-4 pessoas adultas pode trabalhar uma área de 3 ha no sequeiro (para uma cultura como o milho, por exemplo) sem grandes exigências de meios de produção. A mesma família para fazer a mesma área no vale (machongo) necessita de, pelo menos, uma junta de bois com charrua e de empregar, sazonalmente, força de trabalho para as sachas, colheitas, e, por vezes, para as sementeiras.

Em Mchubo, as terras do vale são extensas e a maioria da terra não está ocupada. Todavia, para ocupá-la e utilizá-la (trabalhá-la) plenamente é necessário que a família camponesa possua uma junta de bois (ou o dinheiro para a alugar). Todos os camponeses médios da zona têm entre 1 a 3 juntas e entre 2^a 8 charruas de bico e alguns tractores a pequenos privados da zona.

Estes meios são utilizados exclusivamente na lavoura, gradagem e sementeira. Não podem usar a tracção animal ou o tractor para a sacha porque as culturas são intercaladas (milho + tomate + feijão + amendoim): A área que a família consegue lavrar e semear é superior à área que consegue sachar e colher. Deste modo, as sachas e as colheitas são feitas com o recurso à “ajuda nítua” (tsima) de outras famílias de camponeses médios (em troca de uma refeição) e ao recrutamento sazonal da força de trabalho (entre os camponeses pobres, os assalariados da Maragra e/ou entre camponeses que vêm de outras localidades ou de outros distritos mais duramente atingidos pela seca) em troca de 1 lata de 20 litros de batata-doce por jorna (chitoco) definida pela família proprietária da terra.

O recrutamento sazonal de força de trabalho está generalizada na organização da produção de todos os camponeses médios, e o número de “chitocos” (nº de trabalhadores sazonais x o nº de jornas realizadas) varia entre 20 e 100 por campanha.

No entanto, a força de trabalho da família é, ainda, a base e o factor determinante no processo de trabalho dos camponeses médios.

A produção dos camponeses médios está virada para o consumo da família e para o mercado. Face à situação de fome, que caracteriza algumas localidades e distritos

vasinhos mais atingidos pela seca, ea às carências de abastecimento nas vilas e na Cidade de Maputo, o mercado está completamente à produção dos camponeses médios de Machubo. Em geral estes camponeses conseguem vender os seus produtos na sua machamba a pequenos revendedores especuladores ou a consumidores que vêm directamente de Maputo. Noutros casos, pessoas vindas da Manhica e de outros distritos de Gaza muito afectados pela seca, trazem artigos artesanais (panelas e bilhas de barro, cestos, etc.) que trocam, em Machubo, por alimentos. Há ainda, pessoas que vêm de Maputo com óleo alimentar, açúcar e sabão e que trocam estes produtos por batata-doce, milho, tabaco e hortícolas, com termos de troca altamente especulativos (p.e., óleo a 200,00MT/ 1 litro por batata-doce a 1.500,00/ 1 lata de 20 litros, isto é 7,5 litros de óleo é igual a 1.500,00MT, valor “especulativo” de uma lata de batata-doce). Finalmente, uma parte considerável da produção de batata-doce é usada para o pagamento de cada “chitoco”.

Este mercado de “seca” não é, de modo algum seguro.

Em diferentes circunstâncias, o mercado será mais reduzido e os produtores de Machubo terão que investir no Transporte para colocar as suas mercadorias, porque Machubo fica bastante afastada dos grandes “centros de consumo” (as estradas, as vilas, as vias de acesso às cidades) e as vias de acesso de Machubo são muito más. Portanto, a actual situação de relativo “privilégio” económico de Machubo (com grandes extensões de terra do vale e com água contrastando com a seca em localidades e distritos vizinhos) é passageira. Os camponeses de Machubo percebem bem esta situação e, por isso propõem que “o Estado construa um grande armazém na localidade onde possa armazenar os excedentes comprados ao campesinato local” para depois e redistribuir de acordo com o plano. Esta proposta também se fundamenta no facto de a rede retalhista em Machubo ser fraquíssima. A única loja privada (do comerciante Nené) nem abastece a população nem comercializa os seus produtos. As cooperativas de consumo (ainda em formação) não estão concebidas para comercializar os produtos dos camponeses, mas apenas para os abastecer. Portanto, face a esta situação, a única alternativa viável (para os camponeses de Machubo) é aceitar e atribuir ao Estado a responsabilidade pela comercialização.

Há um outro problema que afecta a produção camponesa para o mercado: a carência de abastecimento. Este facto impede os camponeses médios de “libertar” uma maior parte da sua produção para a colocar no mercado. A alimentação destes camponeses depende exclusivamente do que produzem. A “compra” da força de trabalho sazonal é feita em produtos. A troca directa é dominante nas relações mercantis.

Portanto, sem uma rede de comercialização e sem produtos de abastecimento, a produção mercantil ficará necessariamente retraída numa situação em que já não haja o “mercado da seca”.

O (proposto) papel do Estado na comercialização local não poderá ser concretizado sem a existência de mercadorias para alimentar os circuitos de troca.

Mas não só no mercado residem os problemas dos camponeses médios de Machubo. A consolidação da base produtiva dos camponeses médios dependerá de três factores: 1) capacidade de empregar força de trabalho; 2) Acesso a meios e factores de produção (tractores, sementes, adubos, pesticidas, regadios, diques etc.) e à terra; 3) Desenvolvimento do mercado. Já vimos os problemas do mercado. Vejamos, pois, os outros.

Na actual escala e organização de produção, as famílias de camponeses médios necessitam de recrutar força de trabalho sazonal, sobretudo para as sachas e colheitas (às vezes também para as sementeiras). Consolidar e ampliar a actual escala de produção implica, também, consolidar e ampliar a capacidade de recrutar força de trabalho, não só sazonal mas também permanente.

Uma parte fundamental da força de trabalho actualmente recrutada vêm das camadas mais pobres do campesinato, que não podem produzir no sequeiro por causa da seca, e que não podem consolidar-se no machongo, porque não têm meios de produção para tal. Estas famílias mais pobres necessitam de recorrer ao trabalho sazonal para: ou 1) Conseguir alimentos em troca do trabalho, para garantirem a sua reserva alimentar; ou 2) Conseguirem, em troca do trabalho, dinheiro para alugar

juntas de bois para as lavouras e gradagens ou a prestação do serviço das juntas como pagamento.

Em circunstâncias normais (com chuva regular) estas famílias terão a possibilidade de recomeçar o trabalho no sequeiro, embora à partida continuem a depender dos camponeses médios ou riscos, por duas razões: 1) Necessitam de fontes de acumulação para reinvestir na produção (compra de sementes e de outros factores e instrumentos de produção); 2) Necessitam de reservas alimentares até que os vários ciclos agrícolas permitam a reposição daquilo que a seca destruiu. Embora com estes problemas, os camponeses mais pobres já não estarão tão dependentes dos camponeses médios. No entanto, há outro factor a considerar: os camponeses mais pobres têm terra e podem produzir. Por isso, esta camada não constitui uma reserva segura de força de trabalho permanente para as machambas dos camponeses médios. Somente a sua ruína económica pode proletarizá-los, mas, neste caso, seria a ruína de uma parte importante da força produtiva do campesinato, o que será igual a dizer que seria mais um passo para impedir a vitória sobre a fome. Uma política para a transformação socialista da base produtiva de campesinato mais pobre (para a tornar mais organizada, mais eficiente e mais produtiva) entra em choque com os interesses individuais do desenvolvimento de cada camponês médio; porque se retira a sua capacidade de recrutar força de trabalho.

A outra parte da força de trabalho sazonal, é proveniente de famílias camponesas locais, cujo chefe da família está em Maputo ou na África do Sul no trabalho assalariado. Nestes casos, são as mulheres e os filhos mais velhos que recorrem ao trabalho sazonal, em troca de batata-doce, de dinheiro ou da utilização de juntas de bois na sua machamba. Logicamente, esta situação é transitória, porque estas famílias não representam uma camada de camponeses pobres com força de trabalho disponível, pois a sua situação actual é apenas um momento transitório na organização da economia familiar.

Sem um mercado de força de trabalho garantido e seguro, não é possível o desenvolvimento individual da produção dos camponeses médios.

Outro aspecto importante para o desenvolvimento da produção dos camponeses médios, é o acesso aos meios e factores de produção. Aumentar a produtividade destes camponeses significa elevar a eficiência e a escala da sua produção, o que implica meios de produção mais avançados. Ora, o Estado não tem capacidades para dar um tractor e/ou uma charrua a cada camponês médio. O “substituto” de meios de produção mais avançadas é o recrutamento de força de trabalho em maior escala. Como já vimos os problemas existentes para o recrutamento da força de trabalho, fica claro que não há “substituto”, mas sim um bloqueio. Como sair dele?

O acesso à terra depende do acesso à força de trabalho e aos meios de produção. Em Machubo, há muita terra não ocupada, mas o problema que se coloca é: como dar mais terra aos camponeses (individualmente) e assegurar que consigam produzir a área que possuem? Sem força de trabalho e sem meios de produção a área de cultivo não pode aumentar.

Nestas circunstâncias, devemos dizer que: 1) “esta análise é puramente negativa e pessimista?”; ou 2) “Um futuro sombrio aguarda os camponeses médios?”. Não. É preciso pensar em como resolver os bloqueios que existem no processo produtivo dos camponeses médios de Machubo. Mas, para tal, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer e analisar esses bloqueios (o que fixemos nesta secção) para pensar nas soluções adequadas (o que pensamos fazer nas secções seguintes). Para já, passemos a abordar as características dos camponeses médios em outras duas localidades do distrito de Marracuene.

2. BOBOLE E SUL DA VILA

Sobre os camponeses médios de Bobole e de Sul da Vila há menos informação, mas tomaremos dois casos como exemplos das características dessa camada do campesinato nessas localidades.

Primeiro, abordaremos as características das localidades. Em Bobole existe uma empresa estatal agrícola e um grupo de privados com bastante terra. No seu

conjunto, a empresa estatal e os privados possuem a maioria da terra desbravada do vale que fica próxima das estradas. Este facto é importante porque determina a capacidade de colocar os produtos no mercado, pela maior facilidade de acesso ao transporte. A terra disponível para os camponeses médios é pouca e estes não têm capacidade (nem têm instrumentos para tal, nem podem perder um ciclo agrícola a fazê-lo) para desbravar novas terras.

Algumas terras que pertenceram a colonos, foram abandonadas pouco depois da independência nacional. Estas terras foram ocupadas por diversas camadas de camponeses que, consoante os meios e recursos que possuíam, apropriaram mais ou menos terra. Os que ocuparam mais terra, conseguiram 8 talhões (± 1 ha); outros conseguiram 4-3 talhões; outros nem um talhão conseguiram (1 talhão = $\pm 0,1$ ha). Estes camponeses provêm, na sua quase totalidade, do grupo de trabalhadores assalariados nas machambas de colonos. Com tão pouca terra de onde provêm a capacidade de acumulação destes camponeses (em particular dos que têm mais de 2 talhões)?

O Alfredo Mutuke trabalhou numa machamba de um chinês que ainda se encontra na localidade. Abandonou o trabalho assalariado em 1978. A partir de 1979 começou a cultivar os seus talhões. Hoje possui 3 talhões ($\pm 0,3$ ha) onde cultiva quase exclusivamente couve. Os meios de produção que possui são enxadas. Trabalha a terra com o seu agregado familiar (2 pessoas) mais um trabalhador assalariado.

É membro de uma cooperativa de consumo e recebe abastecimento regular em cada mês. Pode, pois, “libertar” a sua produção para o mercado. Por isso, só produz couve e vende quase tudo o que produz.

A couve é vendida às vendedeiras dos bazares de Maputo, a 650,00 MT cada canteiro (1 talhão = ± 15 canteiro; 1 canteiro = $\pm 15/20$ Kgs de couve). Conseguindo 3 colheitas por ano, realiza aproximadamente 90.000,00 MT por ano. Os seus custos de produção estão calculados em 30.000,00 MT por ano. Os seus lucros (90.000,00 – 30.000,00) são de 60.000,00 MT por ano. As suas poupanças rondam os 20.000,00 MT por ano.

De facto, estes rendimentos provêm dos seguintes factores: 1) Alta produtividade da couve; 2) Possibilidade de apenas produzir couve para vender porque comprar abastecimento; 3) Baixos custos de produção de couve ($\pm 5,00$ MT/1 Kg); 4) Preços especulativos na venda da couve às vendedeiras ($\pm 40,00$ MT/1 Kg). O preço oficial ao consumidor é de 30,00 MT/1 kg.

Com a possibilidade de se dedicar exclusivamente à produção para o mercado, com uma cultura altamente rentável e vendida a preços especulativos, os rendimentos deste (e dos outros) camponeses médios da zona estão assegurados.

A empresa estatal de Bobole também produz couve e em muito maior quantidade do que estes camponeses. Se esta empresa conseguir controlar o circuito da sua mercadoria e colocar a couve no mercado ao preço oficial, irá pressionar o mercado e reduzir a capacidade de especulação. Nestas condições estes camponeses perderão $\frac{1}{3}$ dos seus rendimentos, o que significa que já não terão poupanças.

Com a escassez de terra na zona e sem os lucros garantidos pela especulação, qual será o futuro destes camponeses?

Sul da Vila é uma zona altamente proletarizada. A maioria esmagadora dos homens são trabalhadores assalariados nas empresas locais (F0-2 e Riopelle) ou em Maputo. Apenas as mulheres têm pequeníssimas machambas onde produzem um parte do abastecimento da família. A brigada do CEA no Sul da Vila apenas encontrou dois homens (nos Círculos de Fafine e Zintava) que se dedicam ao trabalho agrícola. Um, é um ex-trabalhador da fábrica de Taninos (que agora está encerrada) e que, por já ser velho, apenas se dedica a uma pequena machamba. O outro é o Isaías Conwana, que nos interessa neste ensaio.

Isaías Conwana tem 0,1 ha no vale e 0,1 ha no sequeiro. Cultiva hortícolas e alguns outros produtos produtivos para o consumo familiar. É membro da Cooperativa de consumo e recebe abastecimento regular. Tem duas juntas de bois e duas charruas. Trabalha na sua machamba (e com as suas juntas) juntamente com a esposa e o filho mais velho.

Anualmente realiza cerca de 17.000,00 MT vendendo hortícolas. Mas a sua principal fonte de rendimento é o aluguer das juntas e charruas, trabalho que lhe rendeu ± 40.000,00MT no ano de 1983.

Com as poupanças que realizou pretende comprar mais uma junta e uma charrua. Como a sua família não consegue aguentar todo o trabalho (com as juntas e nas machambas), pretende recrutar um trabalhador assalariado.

De facto, Isaías Conwana não tem futuro como camponês. Ele aluga as juntas aos pequenos privados da zona a 3.000,00MT/1 ha, sendo o preço oficial 1.100,00MT/ 1 ha. Um serviço de extensão da D.D.A. que sirva os pequenos privados da zona com este serviço (ou o simples controle estatal sobre os preços de aluguer) retirarão a base de acumulação do Isaías Conwana. Sem esta base, qual será o seu futuro como produtor independente?

II. SIGNIFICADO E CONTRADIÇÕES DE UMA POLÍTICA ECONÓMICA DE MERCADO LIVRE

Já analisamos a situação dos camponeses médios e verificamos que as suas características diferem bastante entre as três localidades referidas.

Em Machubo, os camponeses médios têm a sua base na escala da produção, têm terra e meios de produção, falta-lhes a força de trabalho, a possibilidade de renovar os meios de produção e um mercado mais favorável.

Em Bobole, a base dos camponeses médios reside nos preços especulativos da comercialização da sua produção: a couve. Não tem terra nem meios de produção para poderem expandir as suas áreas de cultivo. Por isso, o carácter “independente” da sua economia tem a base no mercado especulativo. Sem um tal mercado (que facilmente pode ser destruído com uma intervenção do Estado mais agressiva, quer no que respeita ao aumento da produtividade e ao controle da comercialização da produção na machamba estatal; quer no que respeita à racionalização da comercialização da produção destes camponeses médios, em que por exemplo, a E.E.

de Bobole pode ter um papel grossista) este grupo de produtores não poderá manter-se “independente”, o que não quer dizer que alguns deles não possam dedicar-se a outras actividades.

Em Sul da Vila, o único produtor colocado na categoria de “camponês médio”, de facto tem a sua base produtiva principal na prestação de serviços (aluguer de juntas e charruas) aos pequenos privados da zona, a perco mais elevados do que os oficiais. O controle estatal dos preços e/ ou a abertura de um serviço de extensão pela D.D.A., poderá pôr fim a possibilidade de este produtor se consolidar por conta-própria, pelo menos na actividade que realiza.

A questão que temos agora de colocar é: como organizar os produtores para aumentar a produção e a produtividade? O que é preciso fazer para se produzir mais e vencer a fome?

Em entrevista com o Secretário do Comité Distrital do Partido para a Política Económica, este afirmou: “A nossa preocupação agora é a fome. Nós vamos ver quem é que tem capacidade para produzir, vamos dar terras de acordo com essa capacidade, vamos dar sementes, charruas e outros instrumentos necessários. Os camponeses organizados (isto é, os pequenos privados e os camponeses médios) têm meios e podem produzir. Precisam de apoio e de mais terra. Vamos ser cegos, vamos tapar os olhos e dar apoio aos que podem produzir, não interessando se é privado, se é camponês organizado, se é cooperativa. Não é meu papel acabar com o privado. Esse papel pertence à história. Mas isso não significa que vamos esquecer o objectivo do futuro, que é o socialismo”.

Vamos tentar desenvolver este argumento, para em seguida o analisarmos e, se necessário, o criticarmos.

Esta posição pretende afirmar o seguinte: “nós temos que recuperar a capacidade produtiva da agricultura familiar de modo a eliminarmos a fome a curto prazo e a renovarmos a economia para construirmos a base do socialismo”.

Com que forças contamos para a recuperação rápida da economia? Os camponeses pobres não têm capacidade (meios de produção e fundo de investimento de produzir excedentes individualmente, só o poderão fazer organizados colectivamente. Para este grupo, as cooperativas ou o sector estatal agrário são a única saída. Todavia, consolidar cooperativas e o sector estatal agrário é um processo que leva o seu tempo. Há urgência em que a produção aumente rapidamente. Mas como esta camada é muito numerosa, é indispensável contar com ela. No entanto, o Estado não dispõe de recursos para fornecer a cada família de camponeses pobres, nem estes possuem capacidade de acumulação própria para rapidamente desenvolver a sua produção individual.

Os camponeses médios, os pequenos privados (camponeses ricos) e os privados dispõem de um processo de acumulação próprio e inerente à produção para o mercado. Produzem excedentes que comercializam, mas enfrentam bloqueios ao seu desenvolvimento: não têm terra suficiente; não têm factores e meios de produção indispensáveis; precisam de mais força de trabalho; necessitam de maior liberdade de mercado para estimular a sua produção. Estes produtores, com o apoio do Estado, podem rapidamente ampliar a escala da sua produção mercantil. Como são estes os que comercializam são estes, também, que a curto prazo podem comercializar mais. Estes são, por isso, os produtores que podem (e devem) receber apoio imediato, que se traduzirá, também no imediato, numa maior produção de excedentes.

Como desbloquear, então, a sua produção? Terra: vamos distribuir consoante a capacidade que cada um tem de produzir (por capacidade entenda-se: meios; força de trabalho; fundo de investimento). Meios e factores de produção: vamos distribuir consoante a área (terra) que cada um pode cultivar (o que, à priori, elimina o problema da escassez dos meios para todos individualmente, porque só alguns “tem capacidade” de os aproveitar). Força de trabalho: vamos dar abastecimento aos pequenos privados e aos privados para captarem força de trabalho (o que reduz o abastecimento disponível para os camponeses médios - impedindo a “libertação” de maior percentagem da sua produção para o mercado - e o que impõe a necessidade do trabalho assalariado - não para pagar o imposto mas para ter acesso ao

abastecimento). Mercado: maior liberdade nos termos e nos circuitos de troca (embora seja difícil conceder mais liberdade e mais lucros do que a candonga possibilita).

Tentemos analisar esta prática no caso dos camponeses médios estudados neste ensaio, deixando de parte as críticas pontuais ao conteúdo.

Em Machubo, distribuir mais terra e mais meios de produção aos camponeses médios individualmente vai traduzir-se, de imediato, na necessidade de mais força de trabalho assalariado disponível. Esta dinâmica já foi analisada na secção anterior mas parece-nos necessário realçar de novo, alguns aspectos.

Todos os camponeses médios de Machubo possuem juntas de bois e charruas. Na maioria dos casos a força de trabalho familiar está utilizada até ao limite. Fornecer mais juntas e charruas não ampliará a produção destas famílias, sem que estas possam empregar força de trabalho assalariado. Em grande parte dos casos, a área de cultivo das famílias é igual ou superior ao limite da capacidade da força de trabalho familiar operando com juntas e charruas. Na caso de famílias com 2-3 ha e que operem com juntas e charruas, podem ser concedidos a cada uma mais 1-2 ha, mas ficarão de novo estagnadas, se não recorrerem à força de trabalho assalariada. Com as áreas que possuem e com os meios de que dispõem, estas famílias são obrigados a recorrer ao recrutamento sazonal da força de trabalho para várias fases do processo produtivo. Muitas destas famílias, alugam tractores a pequenos privados da zona para o cultivo das suas terras. Portanto, o tractor já começa a aparecer como instrumento de trabalho necessário, paralelamente com as juntas e charruas.

O problema destes camponeses não é a falta de juntas e charruas, pelo que fornecer estes meios não resolve qualquer problema fundamental. Também não é possível dar um tractor a cada, porque o Estado não dispõe de recursos para tal e não seria rentável ter um tractor para cada 2-4 ha. Mas os camponeses médios alugam tractores a pequenos privados locais (porque necessitam, pois caso contrário não iam gastar dinheiro a fazê-lo já que possuem juntas com charruas). Isto implica que os pequenos privados continuem a acumular e a dominar a economia local (controlando as relações com o campesinato médio no que respeita ao fornecimento de instrumentos de

produção). Portanto, é com os pequenos privados (e não com o Estado) que os camponeses médios se aliam. Se o Estado quer controlar (e precisa) o excedente produzido pelos camponeses médios, tem de estabelecer relações económicas sólidas com eles, baseadas na troca de “inputs” produtivos por excedentes agrícolas. Todavia, montar um serviço estatal para aluguer de tractores para as machambas de cada camponês, não é rentável nem racional, na medida em que as machambas são dispersas e os gastos nas viagens de machamba para machamba são muito elevados. Além disso, o tempo que se perde nessas viagens coloca dois problemas: 1) O tempo útil de trabalho é reduzido; 2) É possível o descontrolo do tempo, permitindo “biscates” aos tractoristas.

Em Machubo não é possível uma maior “liberdade” de mercado, nas actuais condições. Não há rede comercial, as vias de acesso são más, a troca directa e a candonga espalham os excedentes dos camponeses médios um pouco por todo o lado, sem qualquer controle. A situação é tal que os camponeses reivindicam o apoio e o controle do Estado sobre o mercado, com uma premissa atrás disso que é o melhor abastecimento da localidade e a segurança na comercialização dos excedentes da produção.

Parece-nos claro e lógico que mantendo a actual organização da produção dos camponeses médios e da sua inserção no mercado, não se conseguirá, mesmo com maiores investimentos, aumentar a produção comercializada.

Em Machubo, o problema não é maiores investimentos na mesma organização de trabalho, porque esses investimentos não serão rentáveis. O problema em Machubo tem de colocar-se enfrentando a necessidade de transformar a organização da produção para rentabilizar o trabalho e as forças produtivas, para utilizar o investimento para produzir mais e melhor.

Em Bobole e Sul da Vila a questão é ainda mais simples. O camponês médio de Bobole (que tem a sua base produtiva no comércio especulativo da couve) e o camponês médio de Vila Sul (cuja base produtiva é o serviço com as juntas e charruas nas

machambas dos pequenos privados locais) não têm hipóteses de consolidar-se como produtores médios (na sua actual actividade).

O aumento da produção e o controle dos circuitos e termos de troca das mercadorias da empresa estatal vão eliminar o mercado especulativo da couve e necessariamente, vão liquidar a base produtiva do camponês médio. Um maior, mais eficiente e mais barato apoio do Estado (com um serviço de extensão aos produtores no Sul da Vila, retirará o mercado do camponês que vive do aluguer das suas juntas.

Nestes dois casos, pouco interessa analisar as condições de transformação e desenvolvimento destes dois grupos de camponeses, porque será o papel que o Estado vai assumir que determinará o seu futuro como produtores, já que não possuem, em si, as condições para a transformação da sua base produtiva.

Por isso, na parte final deste ensaio não falaremos dos camponeses médios de Bobole e de Sul da Vila.

III. A SOCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

1. CRÍTICA A UMA EXPERIÊNCIA DE COLECTIVIZAÇÃO: A COOPERATIVA AGRÍCOLA JOSINA MACHELE

Na (já referida) entrevista com o Secretário do Comité Distrital do Partido para a Política Económica, este afirmou: “A única cooperativa agrícola organizada e produtiva que existe na Localidade de Machubo, é a Cooperativa Agrícola Josina Machel. Eles não têm dívidas. Não querem o apoio do Estado com créditos ou tractores. Contam com as suas próprias forças e resolvem os seus próprios problemas. Os cooperativistas estão unidos e trabalham na cooperativa 3 vezes por semana. O número de cooperativistas cresce de ano para ano. Eu trouxe-lhes agora 19 charruas de bico para desenvolver a produção da cooperativa. O êxito da cooperativa deveu-se

aos factos de: os eu Presidente ser muito activo; a Célula do Partido estar bem organizada; terem conseguido vencer a preguiça”.

Este relato apaixonante seria o suficiente para considerarmos esta cooperativa como um modelo. E, de facto, as estruturas distritais e da localidade assim a consideram.

Analisemos, então, mais em detalhe, a experiência desta cooperativa para dela tirarmos as lições necessárias.

A Cooperativa Agrícola Josina Machel foi criada em fins de 1978, “no cumprimento da palavra de ordem do Partido de socializar o campo”, informou-nos Gilberto Mbochane, Presidente da Cooperativa.

“Criámos a cooperativa para termos mais terra, para sermos mais pessoas a trabalhar, para podermos receber o apoio do Estado em sementes, em tractores, em todos os aspectos necessários para desenvolvermos a produção”, diz-nos, ainda, Gilberto Mbochane.

Em 1978, a cooperativa foi criada com 20 membros. Hoje tem 78. Em 1978 a cooperativa ocupava uma área de 6 ha junto do rio, de onde acabou por sair porque “os hipopótamos estragavam as culturas”. Hoje a cooperativa ocupa o terreno de um ex-colono, com 300 ha, dos quais apenas utiliza 4 ha. Em 1978, os camponeses foram mobilizados para a cooperativa com base no possível apoio que o Estado prestaria à produção. Hoje, com excepção das sementes (que compram todos os anos) e das charruas, a cooperativa “não quer o apoio do Estado”. O Presidente da cooperativa disse-nos que não quer assumir “compromissos” com a Mecanagro porque esta empresas não consegue cumpri-los. Se envia os tractores para a lavoura, depois já não os consegue enviar para a gradagem e, neste caso, as juntas não poderão gradar porque a lavoura com tractor faz grandes torrões de terra (e o machongo é pesado e duro) que as juntas não conseguem partir. Todavia, ele também não quer um tractor para a cooperativa porque, citando as suas palavras “qualquer dia o tractor pode ter um acidente e ficamos sem tractor e sem dinheiro”. Dos 20 membros existentes em 1978, 16 eram homens e 4 eram mulheres. A maioria dos homens tinham juntas de

bois e charruas. Hoje, dos 78 membros 12 são homens (todos com juntas e charruas) e 66 são mulheres (das quais a maioria, \pm de 50, são mulheres de trabalhadores assalariados que residem em Maputo ou que estão na África do Sul, e as restantes pertencem aos agregados familiares dos homens que são membros da cooperativa). Os homens possuem, no total, 14 juntas que, segundo palavras de Gilberto Mbochane (que tem 3 juntas), utilizam nos trabalhos da cooperativa.

Vejam, agora, a produção desta cooperativa. A cooperativa tem 78 membros, que possuem, no seu conjunto, 14 juntas de bois (que são propriedade individual dos membros) e apenas cultivam 4-6 ha (nunca cultivaram mais de 6 ha, mas cada membro tem entre 1 ha, as mulheres de trabalhadores assalariados, e 6 ha, no caso dos camponeses médios). Teoricamente (dizemos assim porque o que se segue foi-nos informado pelo Presidente da cooperativa) cada cooperativista tem a responsabilidade de cultivar 1 ha na cooperativa. Se isto fosse realizado a cooperativa teria 78 ha, isto é, mais 72 ha do que os que tem agora cultivados. É verdade que a direcção da cooperativa apresentou um plano de produção para a Campanha 1983-84 que prevê o cultivo de cerca de 72 ha (isto é, 18 vezes mais do que o que cultivou em 1982-83). Mas também é verdade que cerca de 62 membros da cooperativa trabalharam 3 dias cada e só cultivaram, no conjunto, 0,5 ha de milho no terreno da cooperativa. Desde que se iniciou a Campanha 1983-84 (até princípios de Novembro os 78 membros da cooperativa (mais as 14 juntas com charruas pertencentes a alguns dos membros) só lavraram 2 ha de terra.

Ao longo dos cinco anos da sua existência, esta cooperativa nunca contraiu dívidas com o Estado. Todavia, possui uma conta bancária com apenas 6.500,00 MT.

Como é que número de membros da cooperativa e a posição dos camponeses médios na cooperativa se consolida, se a área de cultivo e os rendimentos não crescem? Tomemos alguns exemplos.

O Gilberto Mbochane. Presidente da cooperativa, é um camponês médio com 6 ha, 3 juntas e 5 charruas. Ele sabe treinar o gado para a tracção. É ele que treine o gado dos restantes cooperativistas (que têm gado), nas seguintes confissões: 1) Ou o dono da

junta em treino paga 2.000,00Mt no fim do treino; 2) Ou paga 600,00MT e a junta tem de trabalhar 6 meses nas machambas do Gilberto Mbochane.

Em Setembro de 1983, o Secretário do Comité Distrital do Partido para a Política Económica entregou à Cooperativa 19 charruas, que foram, posteriormente, vendidos aos membros que tinham dinheiro para as comprar. Alguns membros compraram 3, outros compraram duas e outros apenas uma. Portanto, através da cooperativa, alguns cooperativistas conseguiram arranjar mais charruas para as suas machambas familiares, que só muito hipoteticamente utilizarão também nas terras da cooperativa (para cultivar 4 ha, com 78 membros, não é necessário usar juntas e charruas).

Na campanha 1982-83 a Cooperativa recebeu, da D.D.A., 16 sacos de milho para semente, dos quais somente 1 foi semeado na cooperativa e os restantes 15 foram vendidos aos cooperativistas, a fim de serem semeados nas suas machambas familiares.

Certamente que as estruturas distritais forneceram 19 charruas e 16 sacos de semente de milho não para um plano de produção de 4 ha. Do mesmo modo, é certo que o plano de 72 ha para a Campanha 1982-83 não surge por acaso, embora a cooperativa não tenha perspectivas de o cumprir. Todavia, como a cooperativa tem 300 ha à sua disposição, pode “planificar” o que quiser, dentro dos limites dessa área. Além disso, um plano de 72 ha justifica as charruas e o excesso de semente, que são posteriormente vendidos aos membros da cooperativa (individualmente e, muitas vezes, só a alguns).

Os camponeses mais pobres da cooperativa (ou antes, com menos terra e meios), que em geral são mulheres de trabalhadores assalariados que residem fora do distrito, muitas vezes necessitam de fazer “chitocos” (empreitadas em trabalho-sazonal) para conseguirem algum dinheiro ou (sobretudo) alguns géneros em troca, destinados a resolver os problemas que a sua pequena produção não consegue (e que a cooperativa também não). Os camponeses médios da cooperativa recrutam, assim (e preferencialmente), os seus trabalhadores sazonais de entre os membros mais pobres da cooperativa.

Por conseguinte, não é muito difícil compreender a razão das afirmações do Secretário do Comité Distrital do partido para a Política Económica e do Presidente da cooperativa, acerca das “qualidades” desta cooperativa. Vejamos ponto por ponto.

“A Cooperativa Josina Machel é a mais produtiva da Localidade” Não é difícil. Das restantes só existe o nome. Além disso, esta cooperativa tem grandes planos de produção e os seus membros (individualmente e nas suas machambas familiares) produzem com as sementes e as charruas destinadas à cooperativa e com o “apoio” dos cooperativistas mais pobres. A história da produção desta cooperativa está intimamente ligada à história do desenvolvimento da produção familiar dos camponeses médios cooperativistas (porque a financia). Talvez vinha daí a alusão à “produção” e à organização.

“Não tem dívidas”. As charruas e as sementes fornecidas pelo Estado são vendidas aos cooperativistas. Por isso, as dívidas (ou financiamento) são imediatamente pagas, embora o pagamento não resulta da produção da cooperativa.

“Não quer o apoio do Estado em crédito e tractores”. É lógico. O crédito estatal destinar-se-ia ao investimento na cooperativa. Se a cooperativa não produz, como iria reembolsar o crédito? Além disso, o nível de organização e a escala de produção dos camponeses médios nas suas machambas familiares não poderia enquadrar esse crédito, pelas razões que já analisamos na 1- secção (descrição e dinâmica) deste ensaio, nomeadamente: 1) Impossibilidade de consolidar e desenvolver o mercado da força de trabalho; 2) Impossibilidade de assegurar, a cada um dos camponeses médios, um tractor; 3) Existência de um mercado “transitório” mercado da “seca”) e pouco eficiente; 4) Por isso tudo, incapacidade individual de explorar mais terra. Por isso, o crédito não poderia “ser vendido” a cada um dos cooperativistas.

No que respeita aos tractores, a situação também é lógica e clara. Por um lado, o aluguer de tractores à Mekanagro (delegação da Manhiça) é muito pouco eficiente; se vêm para a lavoura não vêm para a gradagem (e as juntas não podem gradar a terra lavrada). Se as juntas fazem o trabalho de lavoura, também podem fazer a gradagem. Se um tractor fosse fornecido à cooperativa, iria trabalhar em 4 ha? Expandir a

consolidar a cooperativa não parece ser o objectivo dos camponeses médios que a orientam. Por outro lado, para tractor fazer o trabalho nas machambas individuais dos camponeses médios (já que nas dos outros não se justifica, por serem muito pequenas) teria dois problemas: 1) As machambas individuais são dispersas, pelo que os custos de uma tal operação são altos e a eficiência é baixa; 2) Qual seria a reacção dos restantes cooperativistas não beneficiados pelo tractor? Além disso, há mais três problemas que se colocam: 1) A existência do tractor implicaria custos na manutenção e gestão (é preciso arranjar o óleo, o gasóleo, as peças, controlar o tractorista, planificar o trabalho do tractor em cada machamba, etc.); 2) Como seria pago esse tractor? Pôr as dívidas na conta da cooperativa (quando o tractor não se destina a ela) não é racional; 3) Qual seria a reacção das estruturas quando soubessem que o tractor serve apenas alguns dos membros da cooperativa? Por isso, para os camponeses médios é mais fácil alugar o tractor a pequenos privados da zona, para trabalhar nas suas machambas individuais (o que faz, por exemplo, o Gilberto Mbochane).

“O número de cooperativistas cresce de ano para ano”. De facto é verdade. Em 1978 havia 20 e em 1983 foi atingido o número máximo até agora: 78.

Mas se a cooperativa não avança, em termos de produção, porque é que o número de cooperativistas cresce? Esta é a questão inicial.

Os camponeses médios têm, na cooperativa uma fonte de financiamento da sua produção familiar. Recebem sementes e charruas através da cooperativa. Recrutam força de trabalho entre os cooperativistas pobres. Estabelecem ligações com o Estado através da cooperativa, o que abre a possibilidade de receberem mais factores de produção (não só os que lhes possam ser destinados individualmente, mas também os da cooperativa) e de terem mais apoio na comercialização dos seus produtos.

Os camponeses mais pobres (mulheres de assalariados) não tem nada a perder. Se a cooperativa avançar, a sua situação melhorará. Agora a cooperativa não avança, mês estes camponeses podem ganhar, ainda algumas coisas: podem comprar sementes; no fim de cada campanha recebem alguns produtos (muito poucos, na campanha 1981-82 receberam uma peneira de arroz e uma peneira de amendoim (1 peneira = ± 3Kgs),

mas como a sua produção individual é muito baixa, sempre ajuda); recebem algum apoio social (no caso de um falecimento ou noutra caso qualquer os restantes cooperativistas apoiam); além disto, sempre têm a possibilidade de receber uma ajuda de um cooperativista “mais amigo”, na produção familiar. Finalmente, estes camponeses não têm qualquer outra alternativa, porque não há mais nenhuma cooperativa e eles não têm meios para formar uma.

Esta cooperativa é, de facto, um modelo, não de “boa cooperativa”, mas dos problemas complexos que se colocam na concepção e realização da socialização do campo.

2. ENFRENTAR OS PROBLEMAS DA PRODUÇÃO: A DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS BLOQUEIOS À PRODUÇÃO DE EXCEDENTES MERCANTIS

A cooperativa é um processo. É o produto da transformação das condições objectivas da produção. Uma cooperativa não se cria de um dia para o outro, não nasce do nada. A cooperativa só pode nascer sólida e eficiente se é o produto da resolução dos problemas específicos da produção de excedentes para o mercado. Uma coisa é os camponeses aderirem com entusiasmo à ideia de uma machamba colectiva, machamba de unidade, de camaradagem, da FRELIMO. Outra coisa é transformar a agricultura familiar socializando o campo. No primeiro caso, basta a mobilização e uma organização mínima. Mas, nesse caso, a ideia não é transformar a agricultura familiar (ou, pelo menos, o resultado não vai ser esse). No segundo caso (que pode ter base no primeiro) é preciso analisar com profundidade a base sócio-económica da produção familiar para se realizar o processo de transformação que conduza à cooperativa. As cooperativas só podem nascer da transformação da agricultura familiar. Como essa transformação é um processo, a cooperativização também o é. Por isso é preciso reconhecer a base material da produção, a partir da qual vão nascer as cooperativas.

Na análise da base material da produção é necessário centrar a atenção em dois aspectos: 1) a diferenciação do campesinato. Diferentes níveis de organização e escala da produção implicam distintas bases da partida e soluções diversas. A

cooperativização é um salto qualitativo na organização e na escala da produção. Portanto, para diferentes camadas do campesinato (com bases materiais diferentes) o salto qualitativo é diferente também. Um grupo de camponeses pobres (que usam a enxada nas suas machambas) pode organizar-se colectivamente uma produção com juntas de bois e charruas, pois isto implicará uma organização e uma escala de produção superior à agricultura familiar. Para camponeses médios que já usam a tracção animal na produção familiar, esta solução não serve, por que não significa nenhum avanço na produção. A cooperativa só pode vencer quando supera a agricultura familiar. Por isso, é preciso ver o que é necessário superar em cada fase. Portanto, não é possível fazer avançar uma cooperativa que combine médios e pobres, usando os meios de produção dos camponeses médios; 2) os bloqueios à produção de excedentes. A cooperativa, para triunfar, tem de fazer aquilo que o camponês individual não consegue. Portanto, é preciso descobrir quais os bloqueios ao aumento da produção de excedentes e ao desenvolvimento da base produtiva para, no processo da sua solução, colectivizar a produção.

Aplicamos estas considerações a Machubo. Os camponeses médios enfrentam vários problemas para o aumento da sua produção. A análise sobre a sua base material (organização e escala sócio-económica) já foi feita ao longo deste ensaio. Vejamos, pois, os seus problemas e as possibilidades de os resolver.

- 1) Força de Trabalho: só poderão garantir (na escala necessária para a passagem para um novo estágio sócio-económico – pequenos privados) arruinando a produção dos camponeses pobres. Estas hipóteses, por isso, não se pode colocar porque: 1) É contrária a uma política de desenvolvimento socialista da produção; 2) Os camponeses pobres de Machubo são, essencialmente, mulheres de assalariados, que não constituem, por isso, um mercado seguro de força de trabalho (nem sazonal, quanto mais permanente). Por conseguinte, este problema não podem resolver individualmente.
- 2) Meios de Produção: Para desenvolverem a sua produção de nada lhes serve terem uma grande quantidade de juntas e charruas. Quem as vai manejar? Só o tractor pode conduzi-los para uma escala de produção superior. Mas, por um lado não é

possível dar um tractor a cada um. Por outro lado, só com a sua família não podem trabalhar a área que rentabilize o tractor. Portanto, este é mais um problema que não podem resolver sozinhos.

- 3) Comercialização de excedentes: a rede de comercialização é fraquíssima. A actual relativa facilidade na comercialização é derivada do mercado garantindo pela seca que assola fortemente as localidades e distritos vizinhos. Em circunstâncias normais, terão imensas dificuldades em garantir a comercialização. Sem mercado não há produção de excedentes. Por isso os camponeses propuseram que o Estado assumira esta tarefa.
- 4) Terra: sem força de trabalho, sem novos meios de produção e sem mercado favorável, não há hipóteses (nem razões) para alargar a escala (área) de produção. Além disso, as terras do vale (machongo) são facilmente alagadas nos anos de boa chuva e não é possível fazer-se a drenagem de cada pequena parcela dispersa. Portanto, este é mais um problema que não pode ser resolvido por cada camponês individualmente (um ou outro pode consegui-lo, mas o grupo não. E o grupo é que nos interessa, porque é o grupo, e não um ou outro individualmente, que pode garantir uma maior produção para o mercado).

A alternativa seria a colectivização da produção dos camponeses médios. Mas já analisámos o fracasso da cooperativa Josina Machel.

No entanto, voltemos à cooperativa Josina Machel. Os camponeses médios não compreenderam, ainda, que com a cooperativa podem resolver os problemas que individualmente não conseguem? Porque é que, em vez de se dedicarem à cooperativa (onde podem produzir mais e melhor) se dedicam exclusivamente às suas machambas familiares? Porque o mercado (com uma rede comercial fraquíssima e muito mal abastecida) não exige uma maior produção de excedentes. Se o fizesse, os camponeses médios iriam lutar na cooperativa para produzirem mais e melhor, porque estão conscientes das limitações objectivas da produção familiar.

A primeira medida a adoptar pelo Estado para aumentar a produção de excedentes na Localidade de Machubo deve ser a revitalização do mercado, que passa pelos seguintes pontos:

- 1) Apoiar a criação de uma rede de cooperativas de consumo com a vocação e capacidade para abastecer os camponeses e comercializar os seus excedentes e garantir o abastecimento regular da localidade.
- 2) Apoiar a construção de um ou dois armazéns na Localidade, onde possam ser guardados os produtos de abastecimento (factores de produção e produtos de consumo), antes da sua venda, e os produtos comercializados ao campesinato, antes da sua redistribuição. O Conselho Executivo da Localidade deve gerir os armazéns.

Esta acção, por um lado vai permitir a revitalização da produção para o mercado (que conduzirá à necessidade da colectivização da produção, única via para elevar a escala e a produtividade do trabalho) e, por outro lado, possibilitará ao estado o controle dos circuitos e dos termos de troca, assegurando a planificação na distribuição dos excedentes.

Estas medidas visam a criação de uma estrutura e de uma organização do mercado que sejam fortes e que constituam uma base para o desenvolvimento da produção mercantil. Outras acções como, por exemplo, as feiras, podem, posteriormente, ser realizadas, mas o seu avanço e eficiência depende da organização básica do mercado.

Estimulando a produção para o mercado cria-se a base material para a colectivização da produção.

Outra medida essencial é a drenagem das terras do vale (Machongo) que são muito produtivas mas que, nos bons anos de chuva ficam alagadas. A construção de diques e vales deve ser dinamizada e apoiada pelo Estado e é um passo para a colectivização, pois não é possível fazer um dique para cada pequena parcela dispersa.

Para as cooperativas existentes, além destas medidas, que terão um impacto dinamizador, é necessário que o Estado estabeleça contratos de comercialização, que constituem a contrapartida dos factores de produção fornecidos.

Finalmente, dadas as características sócio-económicas destas cooperativas, e do conjunto da produção camponesa (onde é muito grande o impacto numérico e produtivo dos camponeses médios) o Estado terá de apoiar o movimento cooperativo com tractores, que possibilitem à cooperativa a superação da agricultura familiar.

A colectivização dos camponeses médios (sem misturar no mesmo processo os camponeses pobres), sendo um processo de transformação da agricultura familiar, vai permitir a solução dos problemas de força de trabalho, meios de produção, terra e comercialização. O resultado deste processo de transformação será a cooperativa. O importante, em Machubo, não é poder fazer relatórios indicando o número de cooperativas existentes. O que importa é organizar a transformação da base material da produção, para elevar a produção para o mercado e, neste processo, formar as cooperativas como resultado dos avanços na produção.

Argumentámos que o progresso de colectivização de produção dos camponeses médios é distinto do processo para a colectivização da produção dos camponeses pobres, porque as bases materiais de partida (o nível de organização e a escala da produção familiar) são diferentes. Neste argumento avançamos a sugestão de que camponeses médios e camponeses pobres não podem, pelas diferenças apontadas, ser organizados nas mesmas cooperativas.

Querirá isto dizer que os camponeses médios devem ser mais apoiados do que os camponeses pobres? A diferenciação do campesinato não vai acabar só porque já há cooperativas ou associação de produtores. Se as bases de partida são diferentes, os resultados, a curto e médio prazos, são igualmente diferentes. É preciso reconhecer esta contradição no processo de transformação da agricultura familiar, e ter consciência que só a socialização do campo, a médio e a longo prazo, pode resolver e eliminar esta contradição. Sem tractor não haverá cooperativas sólidas de camponeses médios. Com tracção animal podem criar-se cooperativas de camponeses. A

cooperativa tem de superar a produção familiar. Para cada caso, “superar” significa distintas soluções. O desenvolvimento da economia nacional, planificada e socialista, quem tem a sua base na socialização do campo, colocará a longo prazo, o tractor e a auto-combinado em cada cooperativa. Mas a eliminação da estratificação social é um processo tão longo como a luta de classes. Hoje temos de reconhecer, enfrentar e saber utilizar a diferenciação sócio-económica, para podermos superar num processo de acumulação socialista. Os homens, os produtores, entrarão neste processo tal como eles estão neste momento, e é nesta luta que se transformarão, na medida em que se transformar a sua base e a sua existência sócio-económica.

Embora não seja o assunto directo deste ensaio (que se debruçou sobre os camponeses médios) é necessário abordar a questão dos camponeses pobres de Machubo (que são basicamente as mulheres dos trabalhadores assalariados em Maputo e na África do Sul) porque, como vimos, são parte integrante das relações dos camponeses médios com o mercado.

As mulheres dos trabalhadores assalariados em Maputo em geral não constituem uma base segura para a transformação do campo. Os seus maridos estão em Maputo e a sua situação é um momento transitório na organização da vida económica da família. A transformação da sociedade moçambicana e o seu desenvolvimento económico e social eliminará (a medida e a longo prazo) a natureza ainda semi-proletária do nosso operariado. Portanto estas famílias, em geral, não vão garantir a continuidade, no futuro, da produção camponesa, não participando directamente nela.

As mulheres dos trabalhadores na África do Sul (migrantes) em geral têm uma situação diferente. Os seus maridos vão conseguir o fundo de investimento para desenvolver a produção agrária. A sua situação de “camponeses pobres” pode ser rapidamente alterada. Então a análise sobre estas famílias entrará na análise das estantes camadas do campesinato.

As mulheres do primeiro grupo (maridos em Maputo) estão em Machubo, produzem e participam (algumas) nas cooperativas. A melhor hipótese para elas seria a sua organização colectiva com base na utilização de tracção animal na produção. Em

“cooperativas de camponeses médios”, como é o caso da cooperativa Josina Machel, não terão possibilidades de resolver os problemas reais da sua produção.

A situação das mulheres do segundo grupo (maridos na África do Sul) dependerá da posição que os maridos conseguirem.

De qualquer das formas, e esta é a tónica essencial desta conclusão, é necessário analisar e reconhecer a base material da sua vida (da vida e do trabalho dos camponeses) para se encontrarem as soluções para os problemas. Só compreendendo a situação é que é possível agir sobre ela e transformá-la. Esta análise deve centrar-se, sempre, no estudo e compreensão do processo e capacidade de reprodução da força de trabalho familiar e de acumulação na produção. Só compreendendo estes elementos é que será possível perceber alguma coisa sobre a “disposição” e a “atitude” de cada camada do campesinato. Sendo a produção uma acção social dinâmica, os dados sobre a organização da produção terão de ser analisados no quadro desse dinamismo. Só captando a dinâmica do processo de reprodução do trabalho e acumulação na produção é que será possível dirigir tal processo com base no seu movimento lógico e científico.

Maputo, 25.12.1983

Nome	HA		MEIOS			COMERCIALIZAÇÃO		FORÇA DE TRAB.			TRAB. ASSAL.		Cajueiros	Gado	Relações c/ Estado	Observações
	Vale	Seq.	Junta	Char	Tractor	Produtos	Valor	Fam.	Saz.	Per.	RSA	Moç.				
Cantino Justino (M)	4	3	1	2	aluga a) 800,00/ha	Tabaco, batata-doce, cebola tomate Peixe (300 Kg/ano)	70.000,00MT 24.000,00MT	5	34		1976		47			
Alfredo Nkaca (M)	4	1	2	2		Tabaco, batata-doce, tomate Peixe	10.000,00MT 30.000,00MT	4	sim				14			
Gilberto Mbochone (M)	6	1	3	6	aluga a)	Tabaco, batata-doce, mandioca, tomate, cebola. Treina juntas		5	sim		1975 data de regresso		50	30 (bovinos)	Em 1983 comprou charruas através da cooperativa. Recebe sementes da cooperativa.	Presidente da Cooperativa J. Machel
Jeremias Maboi (M)	2	1	2	1	aluga a)	batata-doce, tomate cestas		3	sim							
Fernando Chacassane (M)	4	1	3	3		batata-doce, milho. Aluga a charrua	15.000,00MT 1.100,00MT/hr	3	sim		1975 data de regresso		25	13 (bovinos)		
José Halari (M)	3	2	1	1	aluga a) 450,00/ha	tabaco peixe aluga a junta	6000,00MT	3	sim		1975 data de regresso		27			

Jeremias Macanda (M)	4	1	1	3		arroz, tabaco, batata-doce, couve, alface cestas		3	sim	1975 data de regress o				Em 1983 comprou charruas através da cooperativa. Anualmente recebe sementes da cooperativa	Secretário da Célula do Partido na Cooperativa a Josina Machel. Secretário Trabalho Idiológico no Comité da Localidade
Alfredo M. Mutuke (B)	0,3 ha		6 enxadas 3 regadores 1 catana			couve	90.000,00MT Lucro Liquido + 80 contos	2			1978 deixou macham ba do china				
Isaias Conwana (SV)	0,1 ha	0,1 ha	2	2		hortícolas aluga a junta	17.000,00MT ±40.000,00M T	2			1978				

a) Os tractores são alugados a pequenos privados locais.

(M) Machubo

b) Valor de todo o ano.

(B) Bobole

c) Relações económicas.

(SV) Sul da Vila

